



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível

*Desembargador Ricardo Paes Barreto*

Recurso de agravo nº 202926-1/01 - Comarca do Recife /

Agravantes: Antunes Gomes de Abreu e outros.

Agravado: Estado de Pernambuco.

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. VALOR BÁSICO DE REFERÊNCIA DO SOLDADO INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO IMPROVIDO. 1. De acordo com jurisprudência dominante do STF, a Lei nº 11.216/95 que determina o pagamento de soldo não inferior ao salário mínimo deve ser interpretada como garantia da remuneração total dos militares em patamar nunca abaixo do mínimo legal. 2. Precedentes do STJ, razão pela qual não considero vulnerados os arts. 5º, XXXVI e 39, § 2º da CF e a Lei nº 11.216/95. 3. Agravo improvido. 4. Decisão unânime. .

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de agravo nº 202926-1/01, acima referenciados, julgados nesta data, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos do voto, da ementa e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 04 de fevereiro de 2010

*Des. Ricardo Paes Barreto* - Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
8ª Câmara Cível  
*Sabinete Desembargador Ricardo Pires Barreto*

21  
225

**Recurso de agravo nº 202926-1/01 – Comarca do Recife**

**Agravantes:** Antunes Gomes de Abreu e outros.

**Agravado:** Estado de Pernambuco.

**RELATÓRIO**

Cuida-se de recurso de agravo diante de decisão monocrática que negou provimento à apelação cível apensada, no sentido de julgar improcedente a pretensão de origem, qual seja, o pagamento das diferenças salariais, respeitando o VBR de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) fixado pela Lei Estadual nº 11.216/95.

Segundo o agravante, a decisão que se busca integrar merece reforma, pois a Lei nº 11.216/95 determinou o pagamento de soldo não inferior a R\$ 130,00 (cento e trinta reais), não se tratando dita determinação de vinculação do soldo ao salário mínimo, motivo pelo qual não deve ser acolhido o argumento de que a soma total das parcelas é superior ao salário mínimo vigente, prequestionando-se explicitamente os arts. 5º, XXXVI e 39, § 2º, da CF e a Lei Estadual nº 11.216/95, ditos malferidos.

É o relatório

**VOTO**

Eis o teor da decisão monocrática agravada:

Embora a jurisprudência dominante deste Sodalício fosse no sentido de reconhecer a pretensão primária deduzida, posteriormente tanto o STF, quanto o STJ, firmaram posição definitiva no sentido de que a garantia do salário mínimo, prevista o art. 7º, IV, da CF, de aplicação obrigatória aos servidores públicos, na linha do art. 39, § 2º, da CF, deve ser entendida como alusiva ao total dos vencimentos, não à base salarial, no caso concreto o soldo dos militares estaduais apelados, inclusive sob pena de afrontar os enunciados das Súmulas Vinculantes nºs 4 e 16 do STF. Nessa linha, confirmam-se os arestos adiante ementados do STJ, com referência a precedente do STF relativo a caso idêntico ao que nesta sede se revisa:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SOLDADO NUNCA INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO. CF, ARTS. 7º, IV E VIII, E 39, § 2º. 1. A remissão prevista na CF, art. 39, § 2º, restringe-se aos servidores públicos civis da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, sendo certo que os militares dos Estados e do DF (membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros) têm seus direitos previstos em outro dispositivo constitucional (art. 42), e que não faz qualquer menção ao piso remuneratório de 01 (um) salário mínimo. 2. Ainda que não fosse, o STF tem declarado a inconstitucionalidade de normas estaduais que expressamente fazem essa previsão, em favor dos servidores militares, de soldo nunca inferior

19

226

ao salário mínimo nacionalmente unificado. Ofensa à parte final do art. 7º, IV, da CF, que proíbe a vinculação do salário mínimo para qualquer fim, 'uma vez que, sendo o soldo apenas uma parcela da remuneração total dos servidores militares, as demais que compõem essa remuneração e que incidem sobre o soldo, estariam vinculadas ao salário mínimo' (RE nº 248.316-8/RS, rel. Min. Moreira Alves, DJ 07/04/2000). 3. Embargos acolhidos com efeito modificativo, a fim de negar provimento ao Recurso Ordinário (STJ, ED no RMS 11863/PE, T5, rel. Min. Edson Vidigal, DJ de 13/08/2001).

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. MILITARES ESTADUAIS MILITARES. SOLDOS. PARCELA BÁSICA DA REMUNERAÇÃO. SUPERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO. NORMA CONSTITUCIONAL QUE IMPOSSIBILITA A VINCULAÇÃO. ART. 7º, INCISO IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. RECURSO DESPROVIDO. 1. O soldo percebido pelos Servidores Militares do Estado de Pernambuco compõe parcela básica da remuneração líquida total, cujo valor é superior ao salário mínimo. 2. De qualquer sorte, a pretensão de vincular a referida parcela ao salário mínimo, esbarra na proibição da parte final do inciso IV do art. 7º da Constituição Federal. 3. Precedentes desta Corte: RMS 10.693/MS, Rel. Ministro Edson Vidigal, DJ de 05/03/2001; RMS 14.404/PE, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJ de 11/11/2002 e RMS n.º 14.341/PE, Rel. Min. Jorge Scartezini, DJ de 19/12/2003 ). 4. A matéria concernente à percepção do abono de que trata o art. 17 da Lei estadual n.º 11.216/95, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, razão pela qual o seu exame por esta Corte Superior implicaria em vedada supressão de instância. 5. Recurso ordinário desprovido (STJ, RMS 14332/PE, T5, rel. Min. Laurita Vaz, DJ de 05/04/2004).

Desse modo, com arrimo no art. 557, caput, do CPC, nego seguimento ao apelo. Com o trânsito em julgado, baixem-se os autos ao juízo de origem, para fins de direito.

Segundo o agravante, a determinação do pagamento do soldo no valor mínimo de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) não viola a normativa constitucional que proíbe a vinculação do salário mínimo a qualquer título, sendo por isso devidas as diferenças salariais pleiteadas.

É pacífica a jurisprudência do STJ e desta Corte local de Justiça no sentido de que o soldo militar pode ser inferior ao salário mínimo, uma vez que a garantia constitucional disposta no art. 7º, IV, da CF refere-se à totalidade da remuneração e não à base salarial, a qual no caso dos militares é o soldo, conforme arestos adiante ementados:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SOLDOS INFERIORES AO VENCIMENTO BÁSICO DE REFERÊNCIA. REMUNERAÇÃO TOTAL SUPERIOR AO SALÁRIO-MÍNIMO VIGENTE. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Ex vi da interpretação dos arts. 7º, IV e 39, § 3º, da CF/88 e da pacífica e remansosa jurisprudência desta Corte, é possível a fixação do vencimento em valor inferior ao do salário-mínimo, desde que a remuneração total, a dizer, aquela acrescida das vantagens vencimentais, seja igual ou superior. 2. Não obstante o soldo percebido pelos Servidores Militares do Estado de Pernambuco tenha valor inferior ao do Vencimento Básico de Referência previsto na Lei Estadual 11.216/95, ele constitui apenas uma parcela da remuneração total, de valor superior ao do salário mínimo. Precedentes. 3. Recurso desprovido (AgRg no RMS 24862/PE, T5, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJ de 10/03/2009)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - MANDADO DE SEGURANÇA - PRELIMINARES NÃO CONHECIDAS E/OU REJEITADAS - LEI ESTADUAL Nº 11.216/95 - SOLDOS - VALOR BÁSICO DE REFERÊNCIA INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO - POSSIBILIDADE - REMUNERAÇÃO TOTAL SUPERIOR AO MÍNIMO

13

23  
227

LEGAL - PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SEGURANÇA DENEGADA.[...] 14. Mérito: Em casos que tais, o STJ tem geralmente dado razão à Fazenda Pública Estadual, ao argumento principal de que soa impossível a vinculação ao salário mínimo do soldo militar, e que a remuneração total paga aos militares do Estado de Pernambuco superaria o mínimo legal, consoante se vê nos seguintes julgados: AgRg no RMS 16.491/PE, Rel. Ministro PAULO GALLOTTI, SEXTA TURMA, julgado em 21.03.2006, DJ 17.04.2006 p. 207; RMS 14.332/PE, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 04.03.2004, DJ 05.04.2004 p. 277; RMS 13702/PE, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 19.08.2003, DJ 13.10.2003 p. 380.15. O Supremo Tribunal Federal, já se manifestou no sentido de que a Lei nº 11.216/95, que garante aos militares pernambucanos soldos não inferiores ao salário mínimo, deve ser interpretada como se referindo à remuneração do servidor, conforme se observa no julgamento do Recurso Extraordinário adiante colacionado: (RE-AgR 304842/PE, 2ª Turma, rel. Min. Carlos Velloso, j. 12/11/02, p. 19/12/02). 16. Demais disso, em casos semelhantes oriundos de outros Estados da Federação, o STF tem fincado posicionamento contrário à vinculação do soldo ao salário mínimo. É o que se extrai dos seguintes arestos adiante transcritos: AI-AgR 584955/GO, 2ª Turma, rel. Min. Gilmar Mendes, j. 22/08/06, p. 15/09/06; RE 248316/RS, 1ª Turma, rel. Min. Moreira Alves, j. 14/04/2000; p. 07/04/2000; RE 248316/RS, 1ª Turma, rel. Min. Moreira Alves, j. 14/04/2000; p. 07/04/2000. 17. Nesta ordem de idéias, faz-se mister dar melhor interpretação à expressão 'vencimento básico de referência' contida na Lei nº 11.216/95, confrontando-a com a exigência constitucional do art. 7º, IV da Carta Federal, que prevê a garantia do salário mínimo. Na verdade, o que pretendeu o legislador, e o que se interpreta como correto, é que os servidores públicos militares não percebam em sua remuneração total, valores abaixo do salário mínimo, sem que se confunda a expressão vencimento básico como equivalente a salário mínimo. 18. Ou seja, pode o vencimento básico de referência ser inferior ao salário mínimo, desde que a remuneração total do servidor - acrescida por outros títulos - não seja inferior ao salário mínimo. Esta é a correta interpretação que se deve dar a já referida Lei 11.216/95, mais precisamente ao seu artigo 12, porquanto tal exegese está em consonância com o pensamento dominante tanto do Supremo Tribunal Federal, quanto do Superior Tribunal de Justiça. 19. Segurança denegada, por não haver direito líquido e certo a amparar no presente Mandado de Segurança, deixando-se, no entanto, de condenar os Impetrantes às verbas sucumbenciais por estarem sob o pálio da gratuidade Judicial (MS 72194-6, 1CC, Rel. Des. Bartolomeu Bueno, julgado em 09/07/08).

Diante de todo o exposto nego provimento ao presente recurso de agravo, não considerando vulnerados os arts. 5º, XXXVI e 39, § 2º, da CF; 20, § 4º, do CPC e a Lei nº 11.216/95.

É como voto.

Recife, 04 de fevereiro de 2010

*Des. Ricardo Paes Barreto*  
**Relator**